



O ex-assessor econômico do presidente Sarney afirmou que o Brasil não precisa de dinheiro novo

# Rosemberg prevê que a recessão será “maluca”

**São Paulo** — O estrangulamento externo agravado pela moratória provocará nos próximos meses uma recessão maluca, pior que aquela do período 1981/1983, que pelo menos podia ser administrada. Esta ninguém sabe em que direção vai e nem onde chegará. Ao pintar ontem esse quadro, durante palestra promovida pela SBPE

— Sociedade Brasileira de Planejamento Empresarial, o economista Luiz Paulo Rosemberg, vice-presidente do grupo Sharp e ex-assessor econômico do presidente Sarney, apresentou como possível saída uma série de sugestões que o governo certamente não acatará.

O Brasil, segundo Rosemberg, não precisa de dinheiro novo. Precisa

apenas manter em operação as linhas de financiamento e poderia muito bem congelar a dívida atual nos 100 ou 110 milhões de dólares, em que se encontra atualmente. Com a inflação externa ela iria se desgastando e em 1991 o país já estaria numa situação confortável com as exportações em torno de 50 bilhões de dólares equivalente a 50% da dívida.

Sua proposta de solução para o problema externo considera ainda a possibilidade de se recorrer ao FMI, se isso fosse necessário, para manter as linhas comerciais que estão sendo fechadas, segundo ele, a um ritmo de US\$ 30 a 40 milhões por dia. “É uma afirmação política absurda essa de que nunca mais nos submeteremos ao FMI. Na verdade, nunca fomos submissos,

porque quem entrega em um ano sete cartas de intenção, não pode estar bem intencionado. Deveríamos assinar tudo que o Fundo exige e depois continuar fazendo o que considerássemos acertado”.

Em sua proposta Rosemberg inclui também “um acerto cambial” e garante que o país não conseguirá atravessar o segundo semestre sem uma maxidesvalorização. Junto com o ajuste cambial, segundo ele, teria que vir um acerto na política monetária e fiscal e o deslançamento efetivo do processo de privatização com a venda de empresas “que pertencem ao governo, mas não têm nada a ver com o governo”, para reduzir o déficit público.